

# “Entre línguas”: os intérpretes nos primeiros contatos dos europeus com a costa da Guiné (século XV)

*“Between languages”: interpreters in the first contact of the Europeans with the Guinea coast. (Fifteenth century)*

Letícia C. F. Destro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Ao cruzar o Cabo Bojador pela primeira vez, os europeus se depararam com terras e populações que pouco conheciam. Juntamente com a novidade, vieram logo as possibilidades comerciais e missionárias. Mas a comunicação se mostrou um entrave a esses primeiros esforços de exploração, e o papel do intérprete, língua, ganhou destaque na interação desses dois sistemas de representação tão diversos. É esse terceiro elemento que buscaremos analisar no presente artigo com respaldo em dois relatos que marcaram o início das primeiras expedições: o *Navegações*, de Luís de Cadamosto, e o *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, de Gomes Eanes Zurara.

**ABSTRACT:** As they crossed the Bojador Cape for the first time, Europeans encountered people and lands that they barely knew. With this news came trade and missionary possibilities. But communication has proven to be an obstacle to these early exploration efforts and the interpreter, the “língua”, gained prominence in the interaction of these two systems of representation so diverse. It is this third element that we will seek to analyze in this article through two reports that marked the beginning of the first expeditions: Luís de Cadamosto’s *Navegações* and Gomes Eanes Zurara’s *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intérpretes. Comunicação. Costa da Guiné

**KEYWORDS:** Interpreters. Communication. Guinea Coast

## I. SINAIS, GESTOS E ACENOS

Era noite quando três grupos de portugueses armados, sob o comando do cavaleiro mancebo Nuno Tristão, se aproximaram secretamente de umas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: leticiadestro@gmail.com

vilas na região da Galé, além Cabo Bojador. “Santiago e Portugal!”, gritaram eles ao atacar. O espanto acometeu aqueles que ali dormiam, que, desordenadamente, trataram de fugir, defendendo-se o quanto possível. Ao menos dez cativos foram feitos, entre homens, mulheres e moços.

Interessados em saber “todo o estado e condições das gentes daquelas terras” (ZURARA, 1989, p. 74), Nuno Tristão tratou logo de se comunicar. Mas o intérprete mouro que ali trazia não conseguira entender a língua que falavam, pois a linguagem daqueles não era “mourisca”, mas “azanegua de Zaara” (ZURARA, 1989, p. 74). Somente um respondeu às perguntas, pois sendo aparentemente nobre entre os outros, conforme ressalta o narrador, vira mais coisas e aprendera a linguagem mourisca. Adahu<sup>2</sup> e seus companheiros foram levados a Portugal onde foram recebidos e docemente tratados. O infante D. Henrique passou longas horas a interrogar Adahu para saber mais sobre as regiões para além do Saara e da terra de Preste João. Em troca, ele acabou conseguindo negociar sua liberdade e a de seus companheiros. Foram, então, levados de volta à sua terra por Antão Gonçalves,

E tanto que se viu fora, esquecendo-se mui asinha [depressa] de suas promessas, sob cuja segurança Antão Gonçalves dele fiava, pensando que a nobreza que mostrava seria seu principal constrangedor de não quebrantar sua fé; de cujo engano dali avante todos receberam avisamento de não fiar de nenhuma sem mais certa confiança (ZURARA, 1989, p. 80).

Esse caso narrado, entre outros, pelo cronista-mor do reino de Portugal e também comendador da Ordem de Cristo, Gomes Eanes Zurara (1410-1474), ressalta as dificuldades iniciais relativas à comunicação entre nativos africanos e portugueses, na costa ocidental da África, durante os primeiros contatos. A diversidade linguística com que as expedições portuguesas se deparavam quanto mais ao sul avançavam ia de encontro a uma concepção de homogeneidade linguística em que um mouro de língua mourisca fosse capaz de dialogar com os cativos que iam capturando.

Sem ter um intérprete como Adahu para mediar a comunicação, ela, muitas vezes, era feita por sinais. Os primeiros viajantes parecem compartilhar, conforme ressalta Stephen Greenblatt, da convicção de Santo Agostinho, da existência de uma espécie de linguagem capaz de universalizar as expressões da face, dos olhos, os gestos e o tom de voz. Quintiliano também havia escrito sobre uma “norma do gesto” e esboçou uma série de movimentos corporais e expressões que poderiam ser usados sem a ajuda

---

<sup>2</sup> Adahu é o único a receber nome em todo a Crônica, sendo chamado também, nos capítulos posteriormente, pela alcunha de Ahude Meymom.

de palavras (GREENLATT, 1996, p. 132).

Alguns gestos dos nativos pareciam inquestionavelmente estranhos aos viajantes, como os acenos “assaz desonestos” que as mulheres faziam ao resgate de Antão Gonçalves, mas a confiança que tinham na sua capacidade de interpretá-los e de se fazerem entender é reconhecível e fruto de uma aplicação precipitada de um modelo europeu<sup>3</sup>. Assim, alguns gestos pareciam muito claros, como nos conta o mercador veneziano Luís de Cadamosto (1432-1488), que acompanhou duas expedições portuguesas à Guiné, a serviço do Infante D. Henrique: “Quando se aproximaram, levantaram um lenço branco, atado a um remo, como para pedir segurança e nós lhes respondemos da mesma maneira. Ao verem que nós tínhamos feito o mesmo, vieram ao nosso bordo e maior das almadias aproximou-se da minha caravela [...]”. Vendo que não era pertinente ir mais adiante, compraram “[...] uns anezinhos de ouro em troca dumas bagatelas” (CADAMOSTO, 1944, p. 86).

No entanto, de que maneira um lê os sinais dos outro? O lenço branco tinha o mesmo sentido para os envolvidos? Neste caso, a interpretação de Cadamosto do sinal deferido pelos nativos levou-os a aproximar sem, contudo, concretizar o contato, mas em outros momentos nem os acenos iniciais foram compreendidos: “[...] começaram a acenar e fazer sinais para que se aproximassem; mas eles, parando, não quiseram avançar” (CADAMOSTO, 1944, p. 65).

Zurara também ressalta a confiança dos portugueses no entendimento dos gestos e sinais. Ao narrar a entrada de Antão Gonçalves e sua trupe na Ilha de Arguim, o cronista conta que não encontraram nenhuma povoação, exceto um mouro negro e sua filha, que logo fizeram cativos. Sem o conhecimento da língua para ter informações das povoações no local, o mouro “[...] por acenos lhe fez entender que se fossem à terra firme, na vera do mar, achariam povoação dos Mouros, mostrando-lhe o jeito contra onde os poderiam achar” (ZURARA, 1989, p. 113). No entanto, continua mais adiante: “[...] as palavras daquestes não puderam prestar, porque as vontades acesas para semelhantes feitos poucas vezes esperam conselho” (ZURARA, 1989, p. 114). Embora incomum, Zurara aqui parece reconhecer que as tentativas iniciais de comunicação gestual poderiam ser distorcidas por uma vontade otimista de se chegar a uma determinada finalidade

---

3 Havia profundas diferenças entre as culturas nacionais dos diversos viajantes envolvidos que, claro, moldaram suas percepções e representações. Contudo, tentamos aqui não perder de vista o que esses viajantes europeus tinham em comum: “é que o capital mimético europeu, embora distinto e internamente competitivo, facilmente saltou sobre fronteiras nacionais e religiosas” (GREENBLATT, 1996, p. 25). Não se trata, pois, de identificar uma abrangente ideologia, é muito mais uma análise das representações e percepções partilhadas entre aqueles que estiveram pela primeira vez em contato com os povos da costa da Guiné e deles deixaram nota.

concebida a priori. Algo parecido com o que Tzvetan Todorov analisou nos diários de Cristóvão Colombo sobre a “América”. Segundo Todorov, a interpretação de sinais praticada pelo espanhol estava determinada pelo resultado ao qual ele queria chegar: “[Colombo] acha que as terras são ricas, pois deseja ardentemente que o sejam; sua convicção é sempre anterior à experiência” (TODOROV, 2003, p.28). Assim, quando o almirante se depara com a Ilha de Cuba, todos os sinais reforçam a convicção de que havia chegado ao continente (da Ásia), optando por eliminar qualquer informação que pudesse provar o contrário.

## 2. OS LÍNGUAS DA GUINÉ

A crônica de Gomes Eanes Zurara é a primeira de que se tem notícia a narrar os feitos dos portugueses na Costa da Guiné. Desde os primeiros capítulos, o cronista-mor esmiúça as tentativas dos portugueses na captura de nativos para serem levados a Portugal. Tanto Zurara quanto Cadamosto anunciam suas intenções de apanhar vários cativos para levá-los a Portugal. Diante disso, no início do século XVI, Garcia de Resende (1470-1536), poeta português, revela sua preocupação com o número de escravos que entram no país: “Vemos no Reino meter / Tantos cativos crescer / E irem-se os naturais / Que, se assim for, serão mais / Ele que nós a meu ver” (RESENDE *apud* FONSECA, 2005, p. 114). Empregados em trabalhos domésticos e nas atividades mais degradantes e fisicamente penosas, conforme analisa Didier Lahon, os cativos trazidos da África foram, aos poucos, modificando a sociedade portuguesa. A partir do século XVI, e mais ainda nos séculos seguintes, alguns escravos acabaram aprendendo um ofício: uns eram alfaiates, músicos, outros serralheiros, barbeiros etc. (LAHON, 1999, p. 56).

Muitos desses cativos, entretanto, acabavam retornando à sua terra natal, onde serviriam de intérpretes e, posteriormente, até de revisores e tradutores na composição de gramáticas, dicionários e vocabulários de suas línguas nativas para o português<sup>4</sup>. Em Portugal, cabia aos mosteiros o papel de ensinar a ler e escrever na doutrina cristã, pois, como ressalta Andrea Daher, “é a substância das letras a condição da salvação das almas” (DAHER, 2012, p. 84)<sup>5</sup>. O ensino da língua portuguesa não estava, assim, desacompanhado de um desejo proselitista que ia além do simples ensino

---

4 Alguns autores chamam a atenção para a dificuldade de se ensinar a língua portuguesa, sendo que os centros de ensinamentos acabavam por repassar rudimentos de um português falado (PINHEIRO, 2008, p. 41). A própria gramaticalização, como ressalta Paul Teyssier, do português moderno (separado do galego-português) começa a ser produzida no século XVI, a exemplo de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1539-40) (TEYSSIER, 2004, p. 45).

5 Não se trata apenas de saber ler e escrever, mas de saber ler e escrever na doutrina cristã.

de uma língua, como nos mostra Zurara:

Este moço fez alguns diziam que o Infante ao depois ensinar a ler e escrever, e assim todas as cousas que cumpriam saber cristão, e ainda muitos cristãos aí há que as não sabem tão perfeitamente como as ele sabia, ca lhe foi ensinado a oração do Pater noster, e Ave Maria e os artigos fé, e preceitos da lei , e obras de misericórdia, e assim outras muitas coisas, como àquele a que alguns diziam que o Infante mandava ensinar para sacerdote, com intenção de enviar em aquela terra, pregar a fé de Jesus Cristo (ZURARA, 1989, p. 167).

Os nativos que aprendiam a língua portuguesa (ou pelo menos o português corrente) poderiam servir de intermediário, informantes e guias e também de missionários, compondo os interesses da Coroa e da Igreja Católica. Assim, as instruções do infante D. Henrique iam, conforme ressalta Zurara, ao encontro de aquisição de cativos que pudessem se tornar um língua:

[...] é minha intenção de vos enviar lá outra vez, em aquele mesmo barinel, e assim for me fazerdes serviço, como por acrescentamento de vossa honra, vos encomendo que vades o mais avente que poderdes, e que vos trabalheis de haver língua dessa gente, filhando algum [...] (ZURARA, 1989, p. 63).

A mando do Infante, as expedições inicialmente seguiam levando a bordo um cativo mouro como intérprete, mas logo perceberam que somente eles não eram suficientes, como o caso de Adahu demonstrara. A variedade linguística da África inseria dificuldades a esse respeito e a captura, ou resgate como o cronista mesmo chama, se tornou a maneira mais usual de obtê-los a princípio. A própria variedade linguística tinha para o cronista uma explicação que justificava o feito. Recorrendo ao mito bíblico da Torre de Babel, Zurara ressalta que

[...] os terceiros são os que vivem nos ermos, afastados de toda conversação, os quais porque não hão perfeitamente o uso da razão, vicem assim como basteas, semelhantes a estes que depois do departamento das linguagens, que por vontade de nosso Senhor Deus se fez em a torre de Babilônia espargendo-se [espalhando-se] pelo mundo, ficaram ali, sem acrescentarem alguma parte de sabedoria (ZURARA, 1989, p. 117).

Assim, para o cronista, após a reorganização da humanidade em grupos que falavam a mesma língua, algumas nações ficaram apartadas da civilização e passaram, por isso, a viver como bestas, fazendo pouco uso

da razão. A conversão seria uma forma de salvá-los da eterna maldição a legados<sup>6</sup>.

No entanto, a utilização de nativos africanos como intérpretes não era certeza de que eles serviriam aos interesses europeus como estes queriam. Como analisa George Simmel, nas relações sociológicas entre três elementos, o terceiro pode, além de presar pela mediação, ocupar o papel de árbitro e ganhar uma “especial imponência e poder sobre as forças antagônicas” (SIMMEL, 1964, p. 151). Mas, além disso, pode mesmo ser um *tertius gaudens*, que é a figura que usa da posição em benefício próprio (SIMMEL, 1964, p. 154). Ou seja, na relação triádica, há a possibilidade de o terceiro elemento perceber a posição que ocupa, usá-la a seu favor ou a favor de seu grupo não apenas como um elemento passivo. No caso dos intermediários aqui analisados, essa possibilidade iria de encontro aos interesses portugueses e parece confrontar Zuarara que, diante da morte de Gonçalo de Sintra, deixa advertências a esse respeito:

Gonçalo de Sintra levava um moço azenegue por turgimam, o qual já de nossa linguagem sabia grande parte, que lhe o Infante entregara, mandando-lhe que pusesse nele boa guarda. E parece que mingua de bom aviso daqueles que dele tinham cuidado, e principalmente do capitão, de que o cargo devera ser maior, buscando o moço tempo e lugar para isso, expediu-se uma noite dentre eles, e lançou-se com aqueles moradores da ilha, aos quais deu novas de tudo o que sabia dos contrários (ZURARA, 1989, p. 101).

O cronista, assim, chama a atenção para a confiança depositada na lealdade do turgiman, que o deixou livre para fugir. Em contato com os demais moradores da ilha, o língua repassou-lhes informações que possibilitou armar depois uma cilada contra os portugueses:

[...] e por se certificarem da verdade, entremeteu-se um daqueles com falsa dissimulação de ir à caravela, bradando da praia que o recebessem, ca se queria vir com eles para Portugal, fazendo depois entre suas almenaras<sup>7</sup>, porque demonstrava que pela grande saudade que havia de seus parentes e amigos, que já cá eram em este reino, ele não saberia viver senão entre eles [...] (ZURARA, 1989, p. 102).

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que na divisão do mundo após o dilúvio, a África fora povoada pelos herdeiros de Cam, o filho de Noé, ao qual ele rogou a eterna maldição: “Maldito seja Canaã, ele será escravo dos escravos de seus irmãos” (Gênesis 9, 25-26).

<sup>7</sup> Vale lembrar que na divisão do mundo após o dilúvio, a África fora povoada pelos herdeiros de Cam, o filho de Noé, ao qual ele rogou a eterna maldição: “Maldito seja Canaã, ele será escravo dos escravos de seus irmãos” (Gênesis 9, 25-26).

Mesmo que alguns homens da caravela tenham desconfiado, outros se mostraram muito alegres que um azenegue quisesse, por vontade própria, se tornar escravo, compensando a fuga anterior. O mouro acabou sendo aceito e passou uma noite na caravela. Na noite seguinte, ele fugiu e “[...] todos se tiveram por mui enganados, e disseram logo a seu capitão que não eram aquilo sinais para fazer presa em aquela terra” (ZURARA, 1989, p. 102). Eis que Sintra, sem desistir da ideia de filhiar mouros, desceu em um batel com mais doze homens e dormiram todos no lugar onde aportaram. Aproveitando da maré baixa, contudo, os mouros investiram contra eles “e como na peleja havia desigual comparação, ca os inimigos eram duzentos e os nossos eram doze sem esperança de socorro, foram ligeiramente desabaratados” (ZURARA, 1989, p.103). Morreu ali Gonçalo de Sintra e sete outros homens.

A situação narrada por Zurara e o seu desfecho colocam em xeque a pretensa passividade com que supostamente os nativos ocupavam o papel de intérprete que, muitas vezes, permeiam as descrições. E ressalta que, uma vez, em Portugal, de posse de informações privilegiadas, esses intérpretes poderiam usá-las contra eles. Além disso, outra problemática é exposta por Michel Montaigne no seu texto “Dos Canibais”: “Conversei tão longamente com um deles, mas meu intérprete compreendia tão mal e se mostrava tão embaraçoso com as perguntas que, graças à sua estupidez, não pude obter algo mais sério de meu interlocutor” (MONTAIGNE, 1972, p. 109). O filósofo francês, assim, chamava a atenção para algo que não fora mencionado pelos autores aqui: a brecha na tradução do intérprete.

Mas ter um intérprete constituía especial vantagem para a comunicação e informação. O Infante D. Henrique, ciente disso, mandava um língua a acompanhar uma expedição, como já ressaltamos. É bem possível que Hernán Cortés (1485-1547), por exemplo, houvesse fracassado na América se não contasse com os serviços de Dona Marina ou Malinche<sup>8</sup> (Figura 1), ou mesmo a expedição de Lewis e Clark à costa norte-americana do Pacífico, que contou com Sacagawea (1786-1812), uma ameríndia da tribo Shoshone, como guia e intérprete<sup>9</sup>. Sem eles, a expedição tinha que retroceder como fez Cadamosto quando embarcava mais ao sul e se deparava com mais uma língua: “Também aqui não pudemos falar, porque não nos entendiam, nem nós a eles, e partindo dali, fomos para os nossos países dos cristãos [...]” (CADAMOSTO, 1944, p. 87). O mesmo já havia

---

8 Malinche (1496-1551) foi uma ameríndia da costa do Golfo do México que, de acordo com Todorov, foi dada de presente aos espanhóis e passou a acompanhar Hernán Cortés como intérprete (TODOROV, 2003, p. 144).

9 Cabe aqui ressaltar que a nomeação desses intérpretes era muito mais comum no caso americano do que no africano. Para o caso americano, inclusive, conforme ressalta Alida Metcalf, eles alcançaram status quase míticos em histórias nacionais e regionais, vide Pochontas (METCALF, 2005, p.3).

acontecido antes, no próprio Rio Grande: “E vendo que estávamos num país novo e não podíamos ser entendidos, concluimos era escusado ir mais adiante, porque julgávamos que teríamos encontrado cada vez uma nova linguagem [...]” (CADAMOSTO, 1944, p. 86). Ciente disso, o veneziano comumente atenta para a necessidade de adquirir um intérprete tão logo acessa uma nova região:

Neste lugar me detive com a minha caravela a tirar língua deste senhor, embora tivesse recebido informação de certos portugueses, que tinham tido tratado com ele, de que era pessoa e senhor de bem, e em quem se podia ter confiança, e realmente pagava o que tomava (CADAMOSTO, 1944, p. 39).

Apesar das advertências de Zurara a respeito da confiança depositada no língua, ele ainda seria mais confiável do que o novo “senhor” que Cadamosto acabara de conhecer. O língua era o terceiro elemento com quem os europeus tendiam a contar em um primeiro momento, era, pois, a figura em que acabava por se concentrar a comunicação.

**Figura 1: Dona Marina como intérprete entre os espanhóis e os índios. Uma das imagens presentes no Florentine Codex Book 12 (Disponível em <http://www.mexicolore.co.uk/aztecs/spanish-conquest/dona-marina-part-2>)**



No entanto, podia haver, inclusive, resultados sangrentos, e a



presença do língua não pressupunha diálogo, como nos conta Cadamosto ao chegar à região dos Barbacins. Ao avistar uma nova região, o veneziano enviava primeiramente seu língua para, então, fazer contato. Não foi diferente. Diante de belíssima região e abundante arvoredo, lançam âncora e enviam um de seus línguas até a terra. Desembarcam o dito turcimanno “[...] ao qual fora cometido se informasse das condições da região, sob qual senhor se encontrava, e se nela havia ouro ou outras coisas que nos interessavam” (CADAMOSTO, 1944, p. 62). E assim foi. Chegando a terra, vieram a seu encontro alguns *Negri del paese*, que, ao verem os barcos se aproximando da praia, começaram a atirar suas flechas. Em contato com o língua, falaram por algum tempo até que, lá da embarcação, viram que “começaram a feri-lo com grande fúria com algumas ‘gamies’, que são espadas mouriscas curtas, com as quais em tão breve espaço o mataram que não puderam os da lancha acudir-lhe” (CADAMOSTO, 1944, p. 62). Sem saber o que falaram, restou o temor daquela gente crudelíssima que matava um de seus próprios, o que faria com eles? Retrocede novamente a embarcação.

### 3. LANÇADOS ENTRE OS NATIVOS

Não foram só os nativos africanos, contudo, que fizeram o papel de intérpretes. Europeus se embrenharam em terras africanas durante dias, meses e até anos. O caso mais famoso desse período inicial na costa da Guiné é o de João Fernandes, narrado por Zurara: “Mas não me espanto tanto da vinda daqueste, como de um escudeiro que ia com Antão Gonçalves, que se chamava João Fernandes, que de sua vontade lhe prouve ficar em aquela terra, somente pela ver, e trazer novas ao Infante, quando quer que se acertasse de tornar” (ZURARA, 1989, p.106).

João Fernandes, um escudeiro português, havia partido em 1444 com a armada de Antão Gonçalves. No Rio do Ouro, ele resolve, por espontânea vontade, permanecer entre os nativos por longos sete meses. Somente passado esse tempo é que Antão Gonçalves retorna à região com o intuito de trazer o nobre escudeiro “a fim de saber de todas as coisas daquela terra, assim grandes como pequenas, para vos informar delas, segundo sabe que é vosso desejo [...]” (ZURARA, 1989, p. 111). Assim, João Fernandes é trazido de volta ao reino e, conhecendo a língua azenegue, retorna em outras expedições para servir de intérprete:

Considero – diz o autor – qual seria entonce a presença daquele nobre escudeiro, sendo criado ás viandas que sabeis, scilicet, pão, vinho e carne e outras cousas artificiosamente compostas, e viver sete meses assim, onde não comia outra cousa senão pescado e leite de camelas, que penso que não ha aí outro gado, bebendo agua salmaça e ainda não em abastança; e estar em terra quente e areosa, sem nenhuma

deleitação. Ó gentes que viveis na doçura dos vales de Espanha, que quando acontece de vos minguar alguma parte do mantimento acostumado nas casas dos senhores com que viveis, apenas se podem ouvir com vossos clamores! Esguardai se quiserdes, sobre o padecimento deste homem, e achá-lo-heis digno de grande exemplo para qualquer que, servindo, quer fazer vontade de seu senhor! (ZURARA, 1989, p. 115).

João Fernandes talvez tenha sido o primeiro exemplo de que se tem notícia a ficar em solo africano para recolher informações. No entanto, muitos foram os que, após ele, deixaram as caravelas e se lançavam – daí o nome, lançados, que ganhariam – pelo interior africano. Alguns, como analisa Alberto da Costa e Silva,

ficavam por dever; outros, para cumprir pena de degredo; este, por crime a bordo ou rebeldia; aquele, na esperança de encontrar riquezas, por espírito de aventura, para fugir a um destino que antecipava pior, ou para tirar de cima de si, por ser judeu, uma pele de cristão-novo que o afligia ou o incomodava. Não faltou tampouco quem fosse jogado em terra pelos naufrágios” (SILVA, 2002, p. 229).

Com o aumento das atividades comerciais, os lançados passam a ter um papel importante na mediação e, às vezes, serviam voluntariamente ou involuntariamente aos interesses da Coroa portuguesa. No entanto, com o aumento das proibições e perseguições por parte do Estado Português, eles foram, como analisa Silva, se aproximando dos aristocratas (no caso da Guiné, os *jagras*) africanos e se estabelecendo: “Os reis e aristocratas recebiam o forasteiro como hóspede e, como hóspede, o protegiam. Dele esperavam, contudo, não só que lhes demonstrasse reconhecimento e fidelidade, mas também que obedecesse às leis da terra [...]” (SILVA, 2002, p. 248). Assim, os lançados foram ganhando maior inserção e foram-se ligando cada vez mais a redes mercantis africanas e muitos acabavam mudando-se de vez para tais regiões. Estes acabaram tendo um papel importante na cultura local e também na difusão da língua portuguesa na Guiné (C. Wondji, 2010, p. 469).

Além deles, os missionários também desempenharam um importante papel de intermediários e, muitas vezes, de intérpretes. Eles chegavam à região para pregar o Evangelho e converter sistematicamente a população. Pouco se sabe a respeito da sua presença nas primeiras expedições portuguesas à costa da Guiné. No entanto, nos séculos posteriores, eles foram desembarcando em relativa quantidade especialmente no Congo e Angola. Um deles, Giovanni Cavazzi, escreveu uma narrativa, *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, em que salienta os métodos de evangelização e a situação das missões observadas

ao longo dos treze anos de sua missão.

Estes missionários, conforme analisa Andrea Daher para o caso americano, foram, inclusive, responsáveis pela elaboração de gramáticas de línguas indígenas não só como estratégicas catequéticas, mas também ratificação “[...] do princípio unitário da verdade divina profunda frente à multiplicidade superficial das línguas humanas” (DAHER, 2002, p. 46). E essa foi uma forma de vincular as línguas “exóticas” à língua adâmica em um verdadeiro esforço de “submissão ao entendimento” (DAHER, 2002: 47). Embora não tão estudado, houve também um exercício de gramaticalização de línguas africanas para fins catequéticos. Em 1698, o padre Pedro Dias publica a *Arte da Língua d’ Angola* no Brasil. Além disso, houve também produção de cartilhas em línguas locais com o propósito de facilitar os ensinamentos cristãos:

Em 1624, o Padre Mateus Cardoso que ali dirigia a missão dos jesuítas, traduziu a célebre cartilha de Marcos Jorge para a língua do Congo, dedicando-a ao muito poderoso e católico Rei do Congo D. Pedro Afonso, segundo deste nome. Nota Inocêncio que a versão é interlinear, trazendo primeiramente o texto em português e, por baixo de cada regra, a tradução correspondente em língua conguesa (PINTO apud. 2000, p. 221).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão europeia, seguida pela expansão do cristianismo, trouxe necessidade de produzir mecanismos de comunicação mais ativos. O papel do intérprete, em um primeiro momento, foi, nesse sentido, de vital importância para o estabelecimento dos primeiros contatos. Infelizmente, obtemos informações de sua participação tendo por base as penas dos autores europeus, e assim, eles sobrevivem de forma fragmentada e problemática. Sem nomes como Malinche e Pocahontas, que permearam o imaginário americano, os línguas africanos pouco são ressaltados.

Contudo, é possível uma análise do papel desses intérpretes no estabelecimento de um contato entre europeus e nativos e mais, na contribuição que eles deram uma nova configuração da região, do reino ou do Estado em questão, tanto no lado de cá do Bojador quanto no de lá.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AMADO, Janaina. Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. História, *Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. VI, 813-831, setembro 2000.
- BUESCU, M.L.C. *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- CADAMOSTO, Luís. *Navegações*. Lisboa: Instituto para Alta Cultura, 1944.

- DAHER, Andrea. *A oralidade perdida. Ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DASTON, Lorraine e PARK, Katharine. *Wonder and the order of nature, 1150-1750*.
- DAVIS, B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DIDIER, Lahon. *O Negro no Coração do Império. Uma Memória a Resgatar, Séculos. XV-XIX*. Lisboa: Coleção Entreculturas, 1999.
- EARLE, T. F.; LOWE, K. J. P. *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- FONSECA, Jorge. Black Africans in Portugal during Cleynaerts's visit (1533-1538). In: *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HORTA, José da Silva. "A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)". In: *Mare Liberum*. nº 2, 1991.
- METCALF, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brazil, 1500-1600*. University of Texas Press, 2005.
- MONTAIGNE, Michel. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. A tradução de textos para as línguas exóticas nos séculos XVI e XVII. In: *Natureza e características. Língua e Literatura* (USP), São Paulo, v. 27, n. 25, p. 215-234, 2000.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- PINHEIRO, Cláudio Costa. Língua e conquista. Formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In: Stolze Lima, Ivana & Carmo, Laura do (orgs.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 29-64.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação da Biblioteca Nacional, 2002.
- SIMMEL, Georg. *The sociology of Georg Simmel*. Trans. Kurt Wolff. New York: Free Press, 1950.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- THORNTON, J. *África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WONDJI, C. Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné. In: Ogot, Bet Hwell Allan (editor). *História Geral da África – Vol V*.

Brasília: UNESCO, 2010.  
ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*. Portugal: Publicações Europa-América, 1989.

*Recebido em: 12/08/2015*

*Aceito em: 15/09/2015*